

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:
2602083920200111085609

Processo 0811342-65.2019.8.23.0010 ☆ - (274 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 4847 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Recursos: [Clique aqui para visualizar os recursos relacionados](#)

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

Ocultar Movimentos:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

Sequencial(Intervalo):

Descrição:

☐ Advogado

☐ Defensor Público

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

ao

Data do Movimento(Período):

à

57 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 57

500 por pág.

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<div>[-]</div> 57	11/01/2020 08:56:09	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (10/12/2019)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
<div>57.1 Arquivo: Petição</div> <div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA</div> <div>FILHO</div> <div>2589872IMPUGNACAOALAUDOPERICIALJUR01.pdf</div> <div>Público</div>			
56	10/12/2019 14:08:54	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de ROMIR GOMES AMORIM) em 10/12/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 52) JUNTADA DE LAUDO (10/12/2019) e ao evento de expedição seq. 53.	VALDENOR ALVES GOMES Advogado
55	10/12/2019 11:08:56	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 10/12/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 52) JUNTADA DE LAUDO (10/12/2019) e ao evento de expedição seq. 54.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
54	10/12/2019 09:36:18	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (10/12/2019)	VALESKA CRISTIANE DE CARVALHO SILVA Analista Judiciário
53	10/12/2019 09:36:18	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de ROMIR GOMES AMORIM com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (10/12/2019)	VALESKA CRISTIANE DE CARVALHO SILVA Analista Judiciário
<div>[+]</div> 52	10/12/2019 09:36:09	JUNTADA DE LAUDO	VALESKA CRISTIANE DE CARVALHO SILVA Analista Judiciário
51	03/12/2019 00:08:53	PRAZO DECORRIDO Sem Resposta - (Referente a(o) MANDADO determinado pelo evento JUNTADA DE CERTIDÃO(21/10/2019). Parte: ROMIR GOMES AMORIM	SISTEMA CNJ
50	26/11/2019 08:05:32	HABILITAÇÃO PROVISÓRIA Perito Oficial: FERNANDO BERNARDO DE OLIVEIRA habilitado até 06/12/2019 (10 dias)	ALDENEIDE NUNES DE SOUSA Analista Judiciária
49	07/11/2019 14:57:50	LEITURA DE MANDADO REALIZADA MANDADO lido em 07/11/2019 - Referente ao evento de expedição (seq. 45) EXPEDIÇÃO DE MANDADO (31/10/2019 08:14:11). Parte: ROMIR GOMES AMORIM	VALESKA CRISTIANE DE CARVALHO SILVA Analista Judiciário
<div>[+]</div> 48	07/11/2019 10:33:38	RETORNO DE MANDADO Referente ao evento (seq. 45) EXPEDIÇÃO DE MANDADO (31/10/2019 08:14:11). Parte: ROMIR GOMES AMORIM	JEFFERSON ANTONIO DA SILVA Oficial de Justiça
47	05/11/2019 00:07:42	DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 39) JUNTADA DE CERTIDÃO(21/10/2019) e ao evento de expedição seq. 41.	SISTEMA CNJ
46	31/10/2019 13:06:00	REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE MANDADO Distribuição realizada referente ao Mandado expedido (seq. 45) em 31/10/2019 08:14:10. Tipo: Distribuição Inicial Automática. Oficial de Justiça Designado: JEFFERSON ANTONIO DA SILVA. Parte: ROMIR GOMES AMORIM	Giceane Moraes Da Silva Servidor Central de Mandados
<div>[+]</div> 45	31/10/2019 08:14:11	EXPEDIÇÃO DE MANDADO Prazo de 15 dias úteis. Referente ao evento (seq. 39) JUNTADA DE CERTIDÃO(21/10/2019 11:33:33). Natureza: Intimação. Parte: ROMIR GOMES AMORIM. Identificador do Cumprimento: 0002.	VALESKA CRISTIANE DE CARVALHO SILVA Analista Judiciário



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08113426520198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ROMIR GOMES AMORIM**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Diferente do que tentar fazer crer a parte autora, não há nos autos qualquer documento conclusivo para atestar com veemência o nexa causal do sinistro noticiado com a alegada invalidez, haja vista que o ACIDENTE **OCORREU EM OUTUBRO/2018**, E A PARTE AUTORA NÃO ACOSTOU DOCUMENTOS QUE COMPROVASSEM QUE A MESMA ENCONTRAVA-SE EM TRATAMENTO MÉDICO OU ATÉ MESMO LAUDOS MÉDICOS QUE CONFIRMASSEM A LESÃO NA MÃO DIREITA.

CUMPRE ESCLARECER, QUE O AUTOR ACOSTOU DOCUMENTOS MÉDICOS, QUE NÃO CONFIRMAM O AGRAVAMENTO DA LESÃO NO MEMBRO INFERIOR, O DOCUMENTO INFORMA APENAS FRATURA, SENDO ASSIM, NÃO HÁ SEQUER PROVA DA ALEGADA INVALIDEZ PERMANENTE.

SALIENTA-SE, APÓS A DEVIDA REGULAÇÃO NA ESFERA ADMINISTRATIVA, QUANDO A PARTE AUTORA FOI SUBMETIDA A EXAME PERICIAL CONSTATOU-SE A AUSÊNCIA DE SEQUELA INDENIZÁVEL, MOTIVO PELO QUAL NÃO HÁ COBERTURA PARA O ACIDENTE NARRADO NOS AUTOS, FAZENDO-SE MISTER A IMPROCEDÊNCIA DO PLEITO INICIAL.

Rio de Janeiro, 25 de Fevereiro de 2019

Nº do Pedido do
Seguro DPVAT: 3190153484

Vítima: ROMIR GOMES AMORIM

Data do Acidente: 22/10/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), ROMIR GOMES AMORIM

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Não foi verificada a existência de sequela permanente prevista na tabela da Lei nº 6.194, de 1974, razão pela qual o dano pessoal não possui cobertura pelo Seguro DPVAT.

EM QUE PESE O LAUDO PERICIAL TER APRESENTADO UMA INVALIDEZ PARCIAL INCOMPLETA DE REPERCUSSÃO INTENSA (75%) NO MEMBRO INFERIOR DIREITO, O MESMO NÃO SE PRESTA A COMPROVAR CABALMENTE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A LESÃO E UM ACIDENTE DE TRÂNSITO, UMA VEZ QUE O AUTOR NÃO ACOSTOU DOCUMENTOS MÉDICOS CAPAZES DE COMPROVAR SUAS ALEGAÇÕES.

Compreende-se, que nos autos não constam nenhuma documentação médica que comprove que a parte autora ficou em tratamento médico do membro inferior direito de 2018 até 2019.

Ora v. exa., como pode i. perito atestar uma invalidez de repercussão intensa (75%) no MID com precisão, se o autor não acostou documentos médicos e exames para que o mesmo pudesse basear-se ou fazer alguma comparação, afinal, a autora realizou perícia somente após 1 ano e 4 meses do decorrido acidente.

Salienta-se, que diante de toda evolução da medicina, não é plausível que vítima venha apresentar lesões no MID de repercussão intensa (75%), depois de tanto tempo ao alegado acidente, sendo certo que no laudo pericial o Perito informa que o tratamento foi conservador e medicações, ou seja, a parte a autora não foi submetida a cirurgia, a parte autora não comprovou qualquer tratamento ou medicação em decorrência da lesão.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser acolhido o processo administrativo acostado, devendo também ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo o documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Caso assim não entenda, requer esclarecimentos do i. Perito, a fim de elucidar a divergência entre o laudo do processo administrativo e o laudo confeccionado pelo i. perito, sobretudo por não constar nos autos qualquer documentação médica capaz de comprovar o agravamento da lesão.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 30 de dezembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR